

EXCELENTÍSSIMA SENHORA PRESIDENTE DA CÂMARA DE CONCILIAÇÃO DE PRECATÓRIOS

REQUERIMENTO DE HABILITAÇÃO

Posição na Listagem Unificada de Precatórios: << (PREENCHER) >>

Precatório nº << (PREENCHER) >>

Autos nº << (PREENCHER) >> Vara << (PREENCHER) >> Comarca << (PREENCHER) >>.

Edital de Convocação nº ____/____.

1. << (PREENCHER COM A QUALIFICAÇÃO COMPLETA - Nome(s) do(s) requerente(s) do precatório, estado civil, número do RG e CPF, endereço, etc) >> , por meio de seu advogado abaixo assinado, vem formular a presente PROPOSTA DE ACORDO PARA PAGAMENTO DE PRECATÓRIO PERANTE A CÂMARA DE CONCILIAÇÃO DE PRECATÓRIOS DO MUNICÍPIO DE CRICIÚMA, em conformidade com o inciso III do § 8º do art. 97 e do art. 102 do Ato das Disposições Constitucionais e Transitórias (ADCT), com a Lei n. 7.166/18, com o Decreto n. 276/18 e com o Edital de Convocação.

2. Valor atualizado do Precatório:

Valor Total: R\$ << (COLOCAR VALOR EM NUMERAIS E POR EXTENSO) >>.

Valor pertencente ao requerente: << (COLOCAR VALOR EM NUMERAIS E POR EXTENSO) >>.

Data-base para efeito de atualização monetária dos valores ____/____/____.

3. Natureza do Precatório (assinalar):

comum alimentar

4. Proposta de deságio (assinalar):

40% 35% 30% 25% 20% 15%

10% 5%

5. Declaração:

Declaro, para todos os efeitos legais, que concordo com o valor apresentado e com o percentual a ser reduzido no caso de acordo e renuncio a qualquer pendência judicial ou administrativa, atual ou futura, em relação ao precatório nº << (PREENCHER) >>.

Criciúma, << (PREENCHER COM A DATA) >>.

<p>_____ << (PREENCHER COM NOME DO REQUERENTE E Nº DO CPF) >></p>	<p>_____ << (PREENCHER COM O NOME DO ADVOGADO E Nº DA OAB) >></p>
---	---

Nesses termos, pede deferimento.

Criciúma, _____ de _____ de 2019.

RELAÇÃO DE DOCUMENTOS ANEXOS

DOCUMENTO	Marcar caso juntado
Certidão do TJSC com valor atualizado e indicação de todos os credores incluídos no precatório.	
Procuração com poderes específicos para celebrar acordo direto e renunciar direitos, assinada em menos de 1 ano, contado da publicação do Edital.	
Cópia da documentação de identidade do requerente.	
Comprovação do deferimento de privilégio de ordem nos termos do art. 100, § 2º, da Constituição Federal, emitida pelo TJSC (<i>se for o caso</i>).	
Comprovação da titularidade do crédito quando não for o	

legitimado original e/ou esta depender de prova documental, devidamente homologado pelo TJSC (<i>se for o caso</i>).	
Comprovação da legitimidade do representante da pessoa jurídica requerente, nos termos do art. 75 do CPC e demais regulamentações (<i>se for o caso</i>).	
Comprovação da existência de débito a ser compensado na realização de acordo direto, nos termos do art. 7º do Decreto n. 276/2018 (<i>se for o caso</i>).	
Declaração de anuência do(s) advogado(s) titular(es) dos honorários advocatícios contidos no precatório para realização de acordo quanto a estes (<i>se for o caso</i>).	